O papel da redução narrativa no processo de valorização cultural e promoção turística do patrimônio de Ouro Preto (MG) e Salvador (BA)[1]

Gabrielle Cifelli

gcifelli@gmail.com

Resumo

A patrimonialização das referências materiais e imateriais da cultura implica na atribuição de um valor diferencial a objetos, territórios e paisagens. A seleção redutora de um sistema de representações legitimadas pelos órgãos patrimoniais e difundidas pelos agentes de promoção turística vincula a imagem dos bens patrimonializados e dos territórios onde se situam a um ideário de singularidade e excepcionalidade. A inserção dos territórios patrimonializados no mercado cultural por meio do turismo reforça a relevância da relação entre materialidade e representação e influencia na dinâmica de usos do patrimônio nos centros históricos de Ouro Preto e Salvador, considerados áreas de maior concentração de monumentos e conjuntos arquitetônicos, onde a atividade turística se evidencia de forma mais expressiva.

* * *

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio cultural, representação, turismo, imagem, redução narrativa.

1 Este artigo tem como referência principal a Tese de Doutorado " Imagem, representação e o uso turístico do Patrimônio Mundial: uma análise de Ouro Preto (MG) e Salvador (BA)", defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (CIFELLI, 2015).

Introdução

A valorização distintiva dos bens materiais e imateriais como patrimônios implica na seleção redutora de um sistema de representações atribuídas para o reconhecimento do seu valor patrimonial institucionalmente compartilhado. Esse reconhecimento leva os objetos patrimonializados e seus territórios constitutivos a serem consagrados como historicamente relevantes, culturalmente representativos e potencialmente atrativos. Nesse sentido, materialidade e representação se coadunam para dotar conjuntos arquitetônicos tombados de um status diferencial que reforça a sua atratividade turística e contribui para a transformação dos territórios patrimonializados em centros expressivos de consumo.

A dimensão representacional dos bens patrimoniais procura evidenciar as supostas singularidades das referências culturais, sejam elas materiais ou imateriais, e enaltecer o seu caráter distintivo. Cabe, portanto, aos representantes dos órgãos patrimoniais o papel de selecionar, valorizar e legitimar, material e simbolicamente, um conjunto de referências culturais dignas de serem reconhecidos como patrimônios e a escala de relevância que possuem.

Em nível federal, essa tarefa é atribuída ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por meio das decisões do conselho consultivo, cujo papel consiste em produzir e divulgar um referencial discursivo e normativo que reforce o embasamento técnico e científico destinado à legitimação da valorização hierárquica dos bens patrimoniais. Tais decisões buscam legitimar uma seleção de períodos históricos e de parcelas do território em que se pretende valorizar enquanto entes representativos de uma totalidade espacial e temporal (BERDOULAY; VLÈS; CLARIMONT, 2005).

Em um país caracterizado por ser etnicamente plural e socialmente desigual ao longo de toda a sua trajetória histórica, cabe evidenciar que o seu patrimônio cultural de relevância nacional não representa a totalidade social nem a diversidade cultural que o país congrega. Os referenciais mnemônicos e identitários que evocam são territorialmente seletivos, socialmente excludentes e simbolicamente redutores, levando em consideração a concepção dos órgãos responsáveis pela criação, valorização e legitimação ideológica dos símbolos identitários da nação, como o IPHAN. Essa instituição, desde a sua fundação, em 1937, até os dias atuais, sobrevalorizou o desenvolvimento artístico, arquitetônico e cultural remanescente do período colonial, sobretudo, dos exemplares materiais do século XVIII, bem como as expressões materiais representativas do poder do Estado e da Igreja.

Valorizou também, de forma proeminente, as referências artísticas e arquitetônicas dos Estados de Minas Gerais e da Bahia, principalmente, das cidades de Ouro Preto e Salvador, que no período colonial, constituíam-se em centros políticos e econômicos de grande expressão.

O destaque dado a esses dois centros urbanos, pela quantidade significativa de bens e conjuntos arquitetônicos tombados, e por figurarem como referência nas políticas federais de preservação faz com que as representações produzidas e difundidas pelo IPHAN a seu respeito se tornem objetos primários de investigação. Cabe, portanto, analisar de que forma esse referencial discursivo embasou o processo de patrimonialização dos referidos centros urbanos e fomentou a conformação das matrizes identitárias do Brasil, territorialmente situadas. Também contribuiu para reforçar e difundir uma imagem positiva sobre tais cidades, já que o patrimônio que congregam reforça a sua relevância histórica e cultural e exalta os seus aspectos distintivos e particulares no mercado dos bens culturais.

A seleção de elementos da cultura material e imaterial ocorrida por meio da produção e a difusão de um sistema de representações que reforça seus aspectos qualitativos mais expressivos, resulta no que Silveira (2001) denomina de "produção imaterial do turismo". Para a autora, este processo apresenta uma relação intrínseca entre conteúdo informacional e ideológico referente às localidades retratadas influenciando na própria produção dos lugares turísticos (SILVEIRA, 2001, p. 36-37), no caso, enquanto referências culturais que elevam a atratividade e influenciam as formas de uso e apropriação do patrimônio.

Para atingir tais objetivos, analisou-se o acervo documental presente nos Processos de Tombamento do patrimônio material de ambos os municípios, com foco nos documentos referentes às justificativas da relevância patrimonial do acervo em questão. Desse modo, foram alvos de análise documentos e artigos de jornais escritos por artistas e intelectuais que subsidiaram os pareceres favoráveis ao tombamento patrimonial de tais cidades. A avaliação desse referencial documental que instruiu os processos de tombamento permitiu identificar os discursos legitimadores da patrimonialização realizada pelo IPHAN, responsável por selecionar e condecorar tais sítios ao estatuto de patrimônios de relevância nacional.

Além do papel dos intelectuais vinculados ao IPHAN no processo de criação de representações hegemônicas sobre o patrimônio, levou-se também em consideração a atuação do poder público na esfera do turismo, em nível municipal, estadual e federal, com a criação de campanhas publicitárias destinadas ao desenvolvimento de estratégias de *marketing* territorial, visando reforçar a relevância histórica e cultural de tais territórios para elevar o seu potencial de

atratividade. Desse modo, foi passível de análise o material das campanhas publicitárias do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), em nível federal, entre os anos de 2008 e 2014; da Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia (BAHIATURSA) e da Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais, em nível estadual; e das Secretarias municipais de turismo de ambos os municípios, entre os anos de 2010 e 2014, considerando que tais instituições também são responsáveis pela produção e pela difusão de representações sobre o patrimônio de tais sítios urbanos.

Essa análise permitiu avaliar de que forma essas representações influenciaram na produção imaterial do turismo, refletindo, de forma significativa, na valorização patrimonial e na promoção turística de seu patrimônio.

O reducionismo simbólico do patrimônio e a conformação de identidades territoriais

O espaço urbano é caracterizado pela sobreposição de temporalidades diversas, expressas por meio de sua materialidade que figura na paisagem citadina. Dotadas de uma dimensão material e simbólica, tais formas urbanas podem ser consideradas elementos representativos do passado, da memória, da identidade e da tradição, caso essa dimensão valorativa seja institucionalmente atribuída pelos órgãos patrimoniais e ratificada pela sociedade.

O valor patrimonial das formas urbanas e de seus territórios constitutivos decorre de uma construção simbólica que ultrapassa a esfera do indivíduo para abranger uma coletividade. Ao ser considerado a representação de algo para alguém (LAMY, 1996), a dimensão material dos bens patrimonializados associadas à sua estrutura simbólica expressa finalidades e propósitos políticos claramente estruturados como estratégia de ratificação de ideias e de pseudoconsensos. A legitimação do estatuto patrimonial pressupõe a constituição de um referencial normativo e a criação e difusão de um repertório conceitual que visa ratificar códigos comuns de identificação que fomentaram o processo de construção da identidade nacional. Esse processo tende a ofuscar as diferenças entre povos e lugares e os conflitos e contradições inerentes à formação do Estado e de constituição da nação.

Para atingir tal finalidade, os órgãos patrimoniais trabalham com uma espécie de “gestão da memória” (JEUDY, 2005, p. 15), com a tentativa de resgatar um passado representado, de forma idílica e idealizada, já que a própria ideia de passado é uma abstração, pois este nunca poderá ser reconstituído de forma fidedigna.

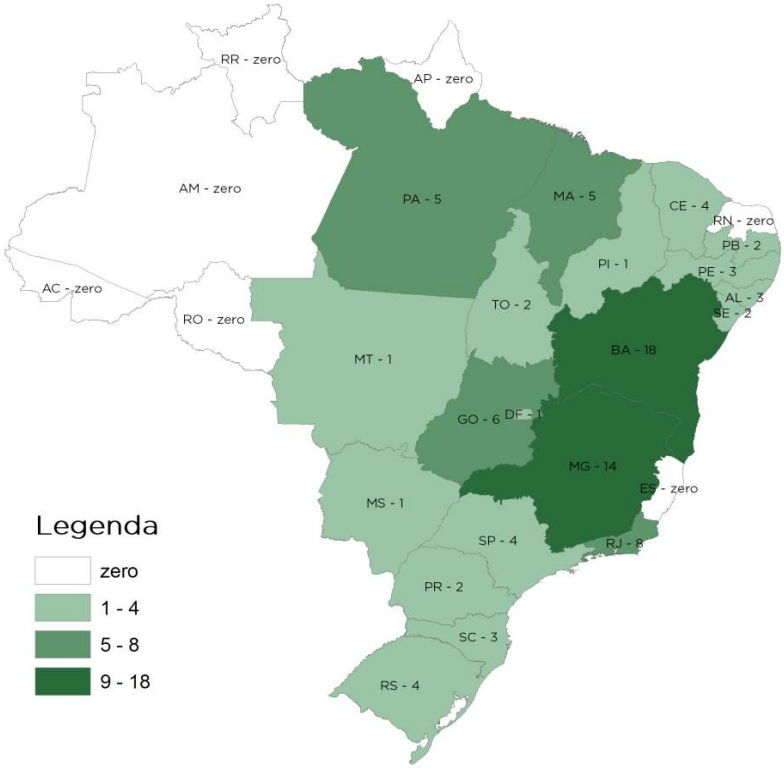
A criação dessas referências identitárias possui uma base espacial concreta, isto é, abarca certas parcelas do território que congregam expressões materiais que, simbolicamente, representam um território mais amplo, como o próprio Estado-nação. Como exemplo pode-se considerar os "centros históricos" e as "cidades históricas" que, na condição de patrimônios, passam a representar certos traços importantes da história e da cultura nacional. Porém, considera-se que tais cidades e centros antigos são lugares de uma memória seletiva impregnada de um conteúdo ideológico destinado a legitimar uma narrativa histórica que oculta, em grande parte, o processo conflitivo e contraditório de formação do território brasileiro, pautado na exploração colonial, na escravidão e na dizimação dos povos autóctones (MORAES, 2005).

Desse modo, o território e seus elementos constitutivos simbolizam o ideário de nação. Contudo, legitima-se como referencial concreto da história, das artes e da cultura brasileira um conjunto de edificações, objetos e monumentos, e omite-se da própria história o reconhecimento daqueles que contribuíram para a sua construção e valorização, como os referenciais mnemônicos dos negros escravizados, subvalorizados nas narrativas historiográficas e nas referências materiais da memória preservada em tais localidades.

Essa escolha seletiva de objetos de relevância histórica e cultural, de parcelas do território, de períodos históricos e de outras referências materiais e imateriais da cultura faz parte de um processo que pode ser compreendido a partir do conceito de redução narrativa. Referenciado por Berdoulay; Vlés; Clarimónt (2005); Berdoulay (2009), Berdoulay & Paes (2008) e por Sotratti (2010), a redução narrativa se refere, em termos gerais, à omissão de narrativas temporais, de recortes territoriais e de referenciais simbólicos, em prol da seleção de períodos, fatos históricos, de parcelas do território e de seus símbolos constitutivos que se pretende reforçar enquanto imagem e representação da sua totalidade temporal e espacial, no lugar de uma identidade múltipla e plural.

Nas políticas de preservação patrimonial do Brasil, esse processo se faz evidente. Ao efetuar um levantamento dos conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN por unidade da federação, retrata-se uma distribuição territorial desigual de tal acervo patrimonial (CIFELLI, 2015), como observado no mapa a seguir.

Mapa 1. Conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN por unidade da federação (2013)



Fonte: IPHAN (2013). Lista dos Bens Culturais Inscritos nos Livros do Tombo (1938-2012). Rio de Janeiro. Mapa elaborado por: Gabrielle Cifelli e Gustavo Teramatsu (CIFELLI, 2015)

A espacialização dos dados referentes à quantidade de bens tombados pelo IPHAN no Brasil retrata uma grande concentração geográfica desses nos estados de Minas Gerais e na Bahia. Ambos figuraram como importantes centros políticos e econômicos no período colonial, fato que explica a sua relevância patrimonial.

O predomínio hegemônico de edificações e conjuntos arquitetônicos tombados remanescentes do século XVIII nas políticas federais de preservação resulta na baixa representatividade patrimonial de expressões materiais do século XIX e da primeira metade do século XX que retratam, por exemplo, o advento da economia cafeeira no Sudeste, a migração estrangeira para os estados do Sul e o desenvolvimento da industrialização, com a proliferação de unidades fabris e das vilas operárias representativas do processo de urbanização do país.

Tais representações hegemônicas incidem não apenas nos critérios de seleção dos bens tombados, mas também nas intervenções ocorridas nos territórios patrimonializados, buscando alcançar uma pretensa homogeneidade estética e uma pureza estilística com edificações e conjuntos arquitetônicos representativos do barroco setecentista. Em Ouro Preto, algumas intervenções emblemáticas ocorridas nos anos iniciais do movimento preservacionista, resultaram na supressão de

elementos arquitetônicos edificados no século XIX e no início do século XX. Em alguns casos, edificações inteiras foram suprimidas por não se enquadrarem entre as referências estéticas do barroco mineiro.

No caso do centro histórico de Salvador, o processo de redução narrativa associa-se à sobrevalorização do componente estético-visual nas políticas de preservação patrimonial em detrimento do seu conteúdo social marcado, por muitas décadas, pela pobreza e pela marginalidade social. Sem valorizar a riqueza étnica e cultural emanada da população local que vivia no centro histórico, mais especificamente no Pelourinho e imediações, as intervenções patrimoniais dos anos noventa priorizaram a restauração de fachadas e as demais intervenções arquitetônicas destinadas a recuperar a beleza de suas formas e não a riqueza do seu conteúdo social.

Concomitante à transformação do Pelourinho, com suas fachadas multicoloridas, no novo cartão postal da cidade de Salvador a população local que ali residia foi expulsa para dar espaço a empreendimentos comerciais e de serviços destinados a transformar o centro histórico em um importante destino de visitação turística.

Os dois exemplos citados demonstram que a ênfase na dimensão formal do patrimônio consiste em uma forma de redução narrativa presente nas políticas de preservação patrimonial no Brasil, fazendo do patrimônio edificado um dos principais elementos constitutivos da conformação de identidades territoriais vinculadas às denominadas “cidades históricas” e aos “centros históricos brasileiros”. Essa própria denominação, comumente encontrada em diversos países, também é uma forma de redução das narrativas espaciais e temporais na dinâmica de crescimento e desenvolvimento das cidades.

Segundo Argan (2005), em tese, toda cidade tem uma substância histórica que expressa em sua materialidade as diversas temporalidades que a conformaram. Para o autor, o termo centro histórico “ é teoricamente absurdo porque, se quer conservar a cidade como instituição, não se pode admitir que ela conste de uma parte histórica com um valor qualitativo e de uma parte não histórica com caráter puramente quantitativo” (ARGAN, 2005, p. 79). Essa forma de classificação põe em evidência partes do tecido urbano e subvaloriza outras narrativas temporais e espaciais representativas das cidades.

Tais terminologias, associadas ao conteúdo representacional que engendram, figuram como formas de conformação da imagem e da identidade de tais cidades e tornam-se atributos relevantes na distinção de territórios e paisagens. Portanto, sua representatividade é tanto simbólica quanto visual e retrata uma seleção restritiva

das formas de interpretação do passado, por meio da projeção de imagens que ressaltam certos atributos do território, associados ao ideário de beleza, riqueza e opulência, levando à omissão da diversidade de símbolos e signos culturais existentes nas cidades (PAES, 2009). Cabe, portanto, esclarecer de que modo esse conteúdo representacional foi produzido e gerido pelos ideólogos do IPHAN, a partir da análise do referencial discursivo que embasou a patrimonialização das referências materiais da cultura de Ouro Preto e Salvador.

As representações hegemônicas do patrimônio de Ouro Preto pelo IPHAN

Analisar o conteúdo ideológico contido nas narrativas discursivas que legitimam o estatuto patrimonial das referências culturais de Ouro Preto e do Pelourinho, em Salvador, consiste em uma das formas de compreensão dos elementos que justificam seus critérios de valorização, de classificação hierárquica e das matrizes de significação que embasaram a sua patrimonialização. Em geral, os documentos institucionais presentes no processo de tombamento de ambas as cidades explicitam, por meio de suas referências textuais, a posição e o papel do Estado na criação de representações sociais relativas aos bens patrimonializados. Jodelet (1985 *apud* Alexandre, 2004, p. 131), compreende por representação social,

> As formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos — imagens, conceitos, categorias, teorias —, mas que não se reduzem jamais aos componentes cognitivos. Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum, que possibilita a comunicação. (...) as representações são, essencialmente, fenômenos sociais que, (...) têm de ser entendidos a partir do seu contexto de produção, ou seja, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam.

Tendo o IPHAN como a principal instituição responsável pela atribuição de um valor patrimonial aos bens culturais de relevância nacional, coube aos membros do seu conselho consultivo o poder de decisão sobre quais bens foram ou não objetos de tombamento e por quais motivos. Desse modo, a esfera de produção simbólica ligada ao campo do patrimônio se mostra pouco representativa e democrática, no universo restrito de bens simbólicos representativos da identidade nacional.

Ouro Preto, nesse sentido, figurou, desde os primórdios do movimento preservacionista, como o principal símbolo dessa pretensa identidade. A inscrição do seu conjunto arquitetônico e urbanístico no livro de tombo de Belas Artes, em 1938, fez com que a cidade figurasse como o símbolo de uma arte e de uma

arquitetura genuinamente brasileira; o seu valor artístico embasava-se nos atributos estéticos de suas edificações. Tal fato pode ser explicitado a partir da análise documental do Inventário de Ouro Preto, o qual reúne uma série de artigos jornalísticos que elucidam as motivações que levaram ao reconhecimento do valor patrimonial do acervo arquitetônico da cidade.

Rubem Navarro[2] (1945), no artigo intitulado "A tradição de Ouro Preto", publicado no jornal Correio da Manhã, evidencia esta questão no seguinte excerto: "Por isso Ouro Preto é mais do que um monumento histórico do século XVIII português – é o museu mais precioso da arte barroca do novo mundo, e de uma arte que já começa a não ser europeia". Nessa referência textual observa-se o reconhecimento do barroco mineiro como expressão artística nacional de grande valia que faz da cidade objeto de valorização patrimonial. De acordo com Motta (2000), no período inicial do movimento preservacionista, de 1937 aos anos setenta, tanto Ouro Preto como outras cidades detentoras de um acervo arquitetônico tombado, eram consideradas "obras de arte". Tal concepção reforçava a ideia de preservar intactos os aspectos fisionômicos de uma vila setecentista, tal como era na primeira metade do século XVIII.

Com o intuito de preservar a imagem setecentista da antiga vila colonial, eliminou-se os vestígios materiais de edificações erigidas no século XIX e procurou-se evitar a descaracterização do conjunto arquitetônico com reformas e acréscimos construtivos. Segundo Castriota (2009, p. 141),

> na busca de um símbolo nacional, o SPHAN passou a executar uma ação de homogeneização da imagem da cidade, eliminando grande parte das transformações urbanas e arquitetônicas mais recentes e, com elas, importantes referências da história local. Tal diretriz acabou por minimizar as referências materiais representativas da história de períodos mais recentes, como o século XIX e o XX.

Essa visão idílica de uma cidade-museu passa a ser desconstruída nos anos 40 e 50 quando o crescimento populacional e o adensamento construtivo do núcleo urbano tornam-se uma ameaça para a manutenção de sua unidade estética e estilística. Ainda assim, o IPHAN mantém a sua política de tentar assegurar a permanência da homogeneidade estética e estilística dos acréscimos construtivos das edificações tombadas, visando garantir o aspecto colonial do conjunto. Tal propósito resultou na proliferação de uma "arquitetura híbrida ou de imitação"

2 NAVARRO, Rubem. A tradição de Ouro Preto. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 29 mai.1945.Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro/ Série Inventário, Ouro Preto – MG – Conjunto Arquitetônico e Urbanístico. Notação I. MG 0231.01.

(MOTTA, 1987, 119), e na dificuldade de identificação do que restou de original das edificações e de distinção dos períodos em que tais obras foram edificadas.

É apenas nos anos setenta, com a atuação de Aloísio Magalhães na presidência do IPHAN, que a concepção de patrimônio deixa de se restringir ao domínio do campo estético e estilístico da forma para também levar em consideração a relação entre a sua dimensão material e a vida social e econômica da população local ao longo do tempo (FONSECA, 2009).

Esse ideário preservacionista passava a considerar as cidades como fruto de uma sobreposição de temporalidades expressas enquanto forma em sua paisagem. A arquiteta e urbanista Jurema Arnaut, coordenadora de proteção do SPHAN/FNPM, reforça esse princípio no segundo processo de tombamento de Ouro Preto, entendendo a cidade "como um reflexo de uma história cujo espaço figurado é, portanto, resultante da evolução econômica, social e cultural[3]". Esse período, mais especificamente, entre os anos setenta e oitenta, é denominado por Motta (2000) de "intermediário" e caracterizou-se pela exacerbação do valor documental do patrimônio, possibilitando a exaltação do seu valor cognitivo.

Para além da valorização do patrimônio edificado, é apenas em 1986 que seu valor histórico passou a ser reforçado, com sua inscrição no livro de tombo histórico, etnográfico, arqueológico e paisagístico. Apesar do valor histórico ficar em evidência com esse reconhecimento, os esforços dos órgãos patrimoniais, como o IPHAN, ainda estavam centrados no desenvolvimento de ações intervencionistas que prezassem pela valorização do seu referencial arquitetônico. Esse perfil de intervenção patrimonial denominado por Motta (2000) de "modelo globalizado" se pauta na "priorização de intervenções destinadas à exacerbação da singularidade estética do conjunto tombado, prezando pela produção de uma imagem distintiva das cidades que servem como elementos motivadores dos fluxos turísticos para Ouro Preto e as demais cidades patrimonialmente representativas.

As representações hegemônicas de Salvador pelo IPHAN

No período inicial do movimento preservacionista, não apenas as cidades coloniais mineiras tiveram seu patrimônio arquitetônico nacionalmente reconhecido e valorizado, mas também outras cidades detentoras de uma rica expressão política e econômica. No primeiro ano de atuação do SPHAN, apenas o estado da Bahia já tinha 50 bens inscritos na lista do patrimônio nacional, atrás apenas do estado do Rio de Janeiro, com 78 bens (RUBINO, 1996, p. 97). Nesse período, eram as cidades coloniais mineiras de pequeno e médio porte que

3 ARNAUT, Jurema Kopke. Delimitação do tombamento de Ouro Preto, em 12/10/1989. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro Processo n. 70- T- 38, volume II.

simbolizavam a identidade nacional. Porém, parte da intelectualidade brasileira considerava a Bahia e não tais cidades como o ícone da brasilidade, com referência a Salvador enquanto seu principal símbolo.

Segundo Mattos (2014), um dos maiores defensores dessa ideia foi Godofredo Filho, um poeta modernista baiano que esteve por mais de quarenta anos na direção do segundo distrito do IPHAN (Bahia e Sergipe), atuando desde sua fundação, em 1937, na valorização e preservação do expressivo acervo patrimonial baiano.

As representações de Godofredo sobre Salvador procuravam tratar, de forma integrada, a riqueza do seu patrimônio arquitetônico, do seu legado histórico e da sua expressão cultural. No excerto a seguir, extraído do texto "Introdução ao estudo da casa baiana", de 1959, o autor explicita tal correlação ao tecer considerações sobre as expressões do barroco em Salvador. "Como há dois, ou três, ou quatro séculos idos, a Bahia ainda é gorda; barroca na essência e nos pormenores de sua arte; barroca no seu modo de vida e nas soluções que tem encontrado para vários de seus problemas" (GODOFREDO FILHO, 1959 *apud* SANTOS, 2006, p. 74). À frente do SPHAN, o poeta e escritor buscou evidenciar por meio de sua produção literária divulgada na imprensa local, a relevância histórica e cultural de Salvador, capital da colônia de 1549 a 1763.

O levantamento e a caracterização de tais referências materiais contribuiu para que Rodrigo Melo Franco de Andrade, então presidente do IPHAN, considerasse a cidade como detentora do "acervo mais rico do barroco brasileiro[4]" (SANTOS, 2006, p. 43). Mesmo diante de tal reconhecimento, Salvador não tinha a mesma representatividade simbólica das cidades mineiras.

Apesar da relevância inconteste do patrimônio arquitetônico da antiga capital do Brasil colonial, o tombamento de parte do seu conjunto arquitetônico localizado no centro histórico da cidade, mais especificamente, no Largo do Pelourinho e em suas imediações, ocorreu apenas 1959, mediante o alerta de Godofredo Filho sobre o processo de acelerada descaracterização de suas edificações. Até esse ano, apenas edifícios isolados tinham sido alvo de tombamento federal, principalmente, os exemplares da arquitetura religiosa e de outras edificações de caráter monumental remanescentes do período colonial. Em 1959 Salvador se torna o primeiro centro urbano de grande porte do Brasil a ter um conjunto arquitetônico tombado, localizado, predominantemente, em sua área central. O seu tombamento foi efetuado mediante o seguinte argumento, descrito por Godofredo Filho:

4 Esta afirmação foi extraída de uma correspondência de Rodrigo Melo Franco de Andrade endereçada a Godofredo Filho. Esta e outras correspondências foram analisadas por Santos (2006) em sua pesquisa sobre as representações da Bahia efetuadas por Godofredo Filho.

> Por sua vinculação a fatos históricos memoráveis, relativos à vida da cidade e do próprio país, de que ela foi, por mais de dois séculos a capital de incontrastável prestígio e, sobretudo pelo excepcional valor arquitetônico e paisagístico com que se integram no aglomerado urbano[5].

O excerto apresentado deixa claro o destaque à relevância histórica da cidade enquanto centro político da colônia. Também reitera a excepcionalidade do seu valor arquitetônico e paisagístico, caracterizado pela presença de conjuntos arquitetônicos remanescentes dos séculos XVIII e XIX e inscrito no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Contudo,

> o forte componente etnográfico que caracteriza a produção material e imaterial da cultura em Salvador e se expressa de forma significativa na área tombada não é sequer retratado nas narrativas discursivas que reiteram a relevância de seu tombamento. (CIFELLI, 2015, p. 189)

No período do seu tombamento, o Pelourinho e o restante do centro histórico de Salvador era habitado por uma população predominantemente pobre, que vivia em condições insalubres nas edificações de relevância histórica e arquitetônica, transformadas em verdadeiros cortiços. A essa situação social e econômica dos seus habitantes somava-se ainda o elevado estado de degradação física de tais edificações, resultante da falta de investimentos públicos e privados em prol da sua conservação e valorização.

No artigo "A face da cidade", publicado no jornal Diário de Notícias em 10 de junho de 1959 e incluído no processo de tombamento do centro histórico, fica evidente a priorização da preservação da dimensão estética do patrimônio edificado como modo de associar o conjunto urbano tombado à identidade visual da cidade, sem levar em consideração o seu conteúdo social como fonte de atribuição de um valor simbólico a tais bens.

> Não é este o espírito da lei, que se reformem os velhos prédios internamente, que sejam higienizados, que sofram radicais reformas para uma vida menos miserável e mais condigna da boa gente que ali reside. Mas que se deixem incólumes suas fachadas, pois elas constituem do melhor que há na fisionomia da cidade, como um rosto que não pode ser mudado sob pena de não ser mais a face de uma cidade das mais belas que existem em nosso continente[6].

5 Trecho do ofício n. 10 de 14 de janeiro de 1958 do chefe do 2. Distrito Dr. Godofredo Filho, ao diretor do PHAN. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro Processo n. 464-T - 52, volume I. Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Salvador.

6 A face da cidade. Diário de Notícias, Salvador, 10 jun.1959. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro Processo n. 464-T - 52, volume I. Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Salvador

Tal justificativa deixa claro a correlação entre os aspectos fisionômicos da cidade, mais especificamente, de parcelas do seu centro histórico, com as supostas referências identitárias da população. Procurou-se exaltar o seu passado glorioso, por meio do esplendor de suas formas em detrimento das marcas de exploração social de uma Salvador escravocrata no período colonial e da degradação social em que se encontrava a população residente próxima à área tombada.

No centro histórico de Salvador, até o início dos anos 90, graves problemas urbanos como a pobreza, a marginalidade social, a prostituição e o tráfico de drogas reforçavam uma imagem negativa dessa parcela do território, ofuscando o valor histórico e cultural de suas edificações imponentes e expressivas. Mesmo diante de tal realidade, em 1983, foi proposto o pedido de re-ratificação do perímetro de tombamento, abrangendo uma área contígua com aproximadamente 750 mil metros quadrados, que engloba 60 mil imóveis e que preservou o seu plano urbano original característico do período de sua fundação[7]. Essa nova delimitação do perímetro de tombamento se deu em 1984, com sua inscrição no livro de tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

As edificações mais modestas, que ainda se fazem presentes no perímetro tombado, não foram alvo de considerações no processo de tombamento, tampouco se faz alusão à influência da cultura afro na produção do patrimônio material, apesar da intensificação do debate, entre os anos setenta e oitenta, sobre a correlação entre o patrimônio e as referências multiculturais que o engendram e lhes são fonte de significação. Procura-se, portanto, divulgar a imagem de um centro histórico rico e opulento, com templos e solares representativo do poder e da riqueza concentrada em Salvador no período em que era capital. A positividade dessa imagem reforça o seu potencial de atração turística e encobre os problemas sociais e a descaracterização patrimonial que marcam a trajetória de desenvolvimento desta parcela do território no presente.

O papel das representações sociais na produção imaterial do turismo em Ouro Preto e Salvador

Nas cidades potencialmente atrativas para o turismo, o processo de criação e difusão de representações sociais está relacionado, principalmente, à possibilidade de reforço dos seus atributos diferenciais, destinados a estimular o desejo de visitação do destino turístico ofertado no mercado. Desse modo, as campanhas publicitárias e as demais estratégias de *marketing* prezam pelo reforço de uma identidade territorial que esteja associada à valorização de alguns de seus aspectos

7 Estas informações foram extraídas da seguinte fonte de pesquisa: SECULT/ Escritório de Referência do Centro Antigo. Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador, 2010, p. 43.

distintivos (CIFELLI, 2015), tais como os exemplares arquitetônicos que, em geral, relacionam-se às formas de representação social do ambiente construído, aguçando o seu teor de imaginabilidade. Essa é definida por Lynch (1999, p. 11), como

> característica, num objeto físico, que lhe confere uma alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador dado. É aquela forma, cor ou disposição que facilita a criação de imagens mentais claramente identificadas, poderosamente estruturadas e extremamente úteis do ambiente.

Quanto maior é a sua singularidade em termos estéticos e estilísticos, maior é o seu poder de atração; o tamanho, as cores e a sua disposição no tecido urbano tornam-se referenciais concretos que elevam sua condição de atratividade. Nas campanhas publicitárias produzidas pela EMBRATUR sobre os centros urbanos patrimonializados do Brasil, observa-se a valorização da dimensão visual da paisagem em suas peças promocionais, contemplando os conjuntos urbanos tombados.

Figuras 1 e 2. Peças publicitárias da campanha "Brasil Sensacional" sobre Salvador e Ouro Preto (2008-2014) – Largo do Pelourinho; Igreja de São Fancisco de Assis (Ouro Preto, MG), e Porto de Galinhas (PE), Salvador (BA) e Praia do Forte (BA)



Fonte: Material fornecido pela EMBRATUR (Sotratti, 2010)

Ao analisar as campanhas de divulgação turística do Brasil no exterior promovidas pela EMBRATUR, Sotratti (2010) ressalta que o patrimônio cultural brasileiro vem adquirindo cada vez mais relevância, englobando tanto as referências materiais como as imateriais da cultura que visam fomentar o turismo cultural no país. Em tal contexto, tanto o conjunto arquitetônico do Pelourinho quanto o de Ouro Preto, principalmente os seus elementos icônicos, são amplamente divulgados enquanto marcos representativos da história e da cultura brasileira.

Como pode ser observado nas figuras 1 e 2, das peças promocionais da campanha Brasil Sensacional lançada pela EMBRATUR em 2008, ambas as cidades

são representadas pelo seu patrimônio arquitetônico monumental, como o conjunto arquitetônico do Largo do Pelourinho (Figuras 1 e 2), e a igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto (Figura 2), respectivamente, ao lado das imagens de Porto de Galinhas e da Praia do Forte, considerados importantes atrativos naturais. Dessa forma, pode-se evidenciar tanto a diversidade de belezas naturais como as riquezas culturais existentes no país que podem ser desfrutadas pelos turistas em uma mesma viagem. A ênfase no patrimônio arquitetônico de caráter monumental, enquanto signo visual, oferece uma incitação sensorial significativa e estimula as formas de representação dos lugares retratados como se o passado fosse passível de ser visível e vivenciado, de forma ilusória. Se nas campanhas de promoção turística em nível federal o patrimônio arquitetônico adquire cada vez mais relevância, em nível estadual, a mesma estratégia se repete.

Na Bahia, a Empresa de Turismo da Bahia, mais conhecida como BAHIATURSA, é "responsável pela divulgação e promoção turística da Bahia no Brasil e no exterior" (BAHIATURSA, 2014). Em suas ações promocionais observa-se que o segmento cultural vem adquirindo cada vez mais destaque nesse estado que, até poucos anos atrás tinha como foco principal a divulgação das belezas naturais da sua costa litorânea. No segmento cultural, o Pelourinho figura como o destino de maior destaque, estando presente, por meio da imagem do seu patrimônio arquitetônico, na maior parte das campanhas promocionais da BAHIATURSA, sobre Salvador e a Bahia. Segundo Isabela Casales[8], chefe do departamento de *marketing* da instituição: "o Pelourinho está sempre presente, principalmente pela arquitetura, nas campanhas de divulgação turística da Bahia para o mercado nacional e internacional".

Em tal depoimento, observa-se que os elementos visuais do Pelourinho são representados pelo seu conjunto arquitetônico opulento. Busca-se, portanto, enaltecer a pujança e o esplendor de Salvador no período colonial, omitindo-se de tais representações o processo conflitivo e socialmente contraditório de produção desse território. A ênfase no componente estético-visual faz com que a prática do turismo no Pelourinho seja mais de caráter contemplativo, centrado no predomínio de roteiros que prezem pela observação dos elementos visualmente mais sobressalentes e mais amplamente divulgados nas campanhas publicitárias.

Tanto em nível federal como estadual, reitera-se que a produção e a difusão de representações sociais sobre o centro histórico de Salvador se assemelha às do IPHAN, pautado no reforço de um ideário estético, representativo da elite branca e católica, contradizendo a própria formação étnica de sua população,

8 Entrevista concedida em 19/12/2013 na sede da Bahiatursa, em Salvador.

predominantemente negra, e o sincretismo religioso, manifesto nas mais diversas expressões da religiosidade da sua população. É apenas na esfera municipal que a Saltur – Salvador Turismo, responsável pela promoção turística de Salvador, procura diversificar a oferta turística no município com a produção e divulgação de roteiros e atrativos que exaltem a diversidade de manifestações culturais da cidade.

A campanha de 2014 criada pelo poder público municipal, com o conceito: "Salvador, você sente que é diferente", retrata os atributos singulares da cidade, com foco principal na sua diversidade cultural. A campanha reitera que "o sincretismo religioso, a miscigenação racial, a culinária, as festas populares e a famosa hospitalidade do soteropolitano são características que tornam uma visita à capital baiana singular[9]" Mesmo com esse mote, as referências materiais da cultura constituídas pelo patrimônio arquitetônico tombado do Pelourinho figura como um elemento constitutivo preponderante na conformação de uma identidade territorial da cidade.

No caso de Ouro Preto, a mesma perspectiva é enfatizada, porém, de forma mais contundente e efetiva do que nas campanhas de promoção turística da cidade de Salvador. Os bens patrimoniais desse estado configuram-se como uma referência identitária importante para a sua população. Nesse sentido, Ouro Preto acaba por ser um símbolo de grande proeminência na constituição dos marcos representativos da história e da cultura do Estado.

Essa representatividade é ainda mais significativa pelo fato da cidade estar inserida no circuito das "cidades históricas de Minas", englobando municípios que possuem uma identidade territorial pautada pelo seu patrimônio arquitetônico colonial, pelo acervo barroco e pelas referências a um passado histórico em comum. Por isso, as ações da SETUR se destinam a exaltar e promover esses vínculos identitários com o intuito de fortalecer o turismo regional, por meio da dinamização do circuito das cidades históricas de Minas.

A estética urbana do conjunto arquitetônico barroco emoldurado por montanhas, associada ao referencial discursivo oficialmente produzido sobre sua representatividade histórica, faz de Ouro Preto um centro urbano de grande expressividade turística. As referências discursivas do IPHAN, que justificaram seu tombamento, ainda são muito presentes nas estratégias de divulgação da cidade. Pode-se observar essa analogia a partir do relato do Secretário do Turismo de Ouro Preto em 2013, Jarbas Avelar[10], sobre os atrativos da cidade:

9 Referência disponível em http://www.farofadigital.com.br/com-o-slogan-salvador-voce-sente-que-e-diferente-a-prefeitura-de-salvadorlanca-a-nova-marca-da-cidade-em-video/, acessado em 23 de janeiro de 2015.

10 Entrevista concedida pelo Secretário do Turismo à autora no dia 7 de janeiro de 2014

> A arquitetura é o nosso principal atrativo turístico. Nós temos o principal conjunto barroco do mundo do século XVIII. Esse fato por si só constitui o atrativo global de Ouro Preto e nele se inserem diversos outros atrativos inerentes, como as nossas igrejas. Não se conhece em qualquer outro lugar do mundo um conjunto tão homogêneo ainda conservado como o nosso.

Em tal discurso observa-se, de forma evidente, os aspectos qualitativos do patrimônio arquitetônico de Ouro Preto, por sua homogeneidade estilística e pela sua expressividade em nível mundial. Omite-se, portanto, outros períodos, outros estilos e outras narrativas historiográficas que retratam a vida daqueles que contribuíram para erigir tais edificações. O século XVIII é tão presente nas representações sobre a cidade que muitas de suas imagens retratam apenas o seu casario e os signos icônicos mais expressivos da paisagem urbana, como as igrejas, forjando uma falsa ideia de "volta ao passado", comumente retratada no material de divulgação turística da cidade. Tal imagem pode ser observada no próprio site da Secretaria do Turismo de Ouro Preto.

Figura 3. Slogan de Ouro Preto divulgado pela Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio de Ouro Preto



Fonte: Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio de Ouro Preto (2013)

Apesar da identidade de Ouro Preto e da sua imagem estar diretamente associada ao seu patrimônio arquitetônico, a prefeitura, com o intuito de criar novos nichos de mercado turístico, vem trabalhando no sentido de reforçar a sua imagem como centro estudantil e como um polo relevante de eventos culturais. Porém, tais estratégias ainda não lograram o êxito pretendido, fazendo com que a maioria dos turistas associe a cidade por meio de suas referências materiais dispostas harmonicamente na paisagem montanhosa de Minas Gerais.

Considerações finais

Adentrar no universo de referências simbólicas distintivas e hierarquicamente valorativas implica em legitimar escolhas referentes às formas de preservação, uso e valoração contemporânea do patrimônio. Simbolicamente redutores, os critérios de seleção patrimonial não adentram na complexa trama de significações e de formas de representações sociais relacionadas ao rico e diversificado universo de

bens culturais, seja na sua dimensão material ou imaterial. A parcialidade das escolhas legitima o estatuto patrimonial de bens que passam a ter por finalidade a representatividade do todo social que, em termos concretos, representam apenas parte do rico acervo histórico e cultural brasileiro. Ouro Preto e o Pelourinho, detentores de bens patrimoniais internacionalmente reconhecidos, exemplificam essa questão.

Nos casos pesquisados, os bens eleitos como patrimônio para o denominado "centro histórico" são entes representativos de um período glorioso de sua história, o século XVIII, estando espacialmente concentrados. Em tais localidades, a produção arquitetônica ganha destaque, configurando uma identidade visual a tais cidades que procura reforçar a sua dimensão imagética, contemplada nas campanhas de divulgação turística.

A riqueza patrimonial de ambas as cidades pouco representa os marginalizados pela vida e pela história. Mesmo em Salvador, onde a cultura afro se manifesta de forma mais veemente, o patrimônio que representa a cidade enquanto imagem no material de divulgação turística expressa os bens materiais representativo da elite branca.

Ainda que nos últimos anos as expressões da cultura imaterial tenham adquirido maior expressividade e reconhecimento institucional, por meio do seu registro, e o patrimônio material tenha se tornado mais representativo de grupos sociais diversos, observa-se que, quando consideramos a valorização turística dos dois centros patrimonializados, ambos figuram como centros de consumo cultural. As expressões da cultura imaterial que buscam ganhar mais expressão, ainda se apresentam ao grande público de forma espetacularizada. Desse modo, o uso turístico do patrimônio, nestes casos, resultou na redução dos significados culturais que lhes são socialmente atribuídos.

Referências bibliográficas

ALEXANDRE, M. *Representação social: uma genealogia do conceito*. Comum, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 23, 2010.

ARGAN. G. C. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BERDOULAY, V.; CLARIMONT, S; VLÉS, V. *Espaces publics et mise en scène de la villetouristique*. Rapport Final de Recherche, MinistèredélégueauTourisme. Université de Pau et dês Pays de l'Adour/CNRS, Aquitaine, 2005.

BERDOULAY, V. La história de la Geografia en el desafio de la prospectiva. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, n. 51, pp. 9-23, 2009. Disponívelem:http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3094906, acessoem 20/05/2015.

BERDOULAY, V.; PAES, M. T. D. Imagem e patrimonialização em planejamento urbano: Salvador (Bahia) e Bordeaux em perspectiva. *Cidades (Presidente Prudente)*, v. 5, p. 33-47, 2008.

CIFELLI, G. *Imagem, representação e o uso turístico do Patrimônio Mundial: uma análise de Ouro Preto (MG) e Salvador (BA)*. Campinas, SP, Tese de doutorado em Geografia, Instituto de

Geociências, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2015.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

JEUDY, H. P. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LAMY, Y. *L'Alchimie du patrimoine: discoursetpolitiques*. Paris: Maison des Sciences de l'Hommed'Aquitane, 1996.

LYNCH, K. *A Imagem da Cidade.* Lisboa: Edições 70, 1999

MATTOS, A. T. G. S. *Nem português, nem mineiro... baiano e nacional, com todo o respeito: a atuação da Bahia na construção do campo do patrimônio brasileiro*. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2014.

MORAES, A. C. R. *Ideologias Geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.

MOTTA, L. A SPHAN em Ouro Preto - uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 22, pp. 108-122, 1987.

MOTTA, L. A apropriação do patrimônio urbano – do estético-estilístico ao consumo visual global. In: ARANTES, A. A. (org.). *Espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

PAES, M. T. D. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais – um olhar geográfico. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (orgs.). *Turismo de base comunitária – diversidade de olhares e experiências brasileiras.* Brasília: Letra e Imagem/Ministério do Turismo/SNPDTUR, 2009.

RUBINO, S. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 24, p. 97-105, 1996.

SANTOS, M. M.. *Arquivografias: Godofredo Filho e as suas Bahias*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2006. Disponível em:https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8393/1/Monica%20de%20Menezes%20Santos%20- %20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf Acesso em: 15/08/2015

SILVEIRA, M. L. Da fetichização dos lugares à produção local do turismo. In: RODRIGUES, A. B. (org.) *Turismo: modernidade; globalização*. São Paulo: Hucitec, 2001.

SOTRATTI, M. A. *Imagem e patrimônio cultural: as ideologias espaciais da promoção turística internacional do Brasil – Embratur 2003-2010*. Tese de doutorado em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – Unicamp, 2010.

Referências documentais

ARNAUT, J. K.. *Delimitação do tombamento de Ouro Preto*, em 12/10/1989. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro Processo n. 70- T-38, volume II.

NAVARRO, R. *A tradição de Ouro Preto*. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 29 mai. 1945. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro/ Série Inventário, Ouro Preto – MG – Conjunto Arquitetônico e Urbanístico. Notação I. MG 0231.01.

Trecho do ofício n. 10 de 14 de janeiro de 1958 do chefe do 2. Distrito Dr. Godofredo Filho, ao diretor do PHAN. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro Processo n. 464-T - 52, volume I. Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Salvador.

A face da cidade. *Diário de Notícias*, Salvador, 10 jun.1959. Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Processo n. 464-T - 52, volume I. Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Salvador.

Sobre os autores

Gabrielle Cifelli: Geógrafa, Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do curso de Eventos da Fatec Baueri e da Fatec Itu.

* * *

ABSTRACT

The role of narrative reduction as a strategy for cultural valuation and tourism promotion of the heritage of Ouro Preto (MG) and Salvador (BA)

The patrimonialization of the material and the immaterial culture references implies the granting of a differential value to objects, territories and landscapes. The reductionist selection of a system of legitimized representation by patrimonial institutions and disseminated by the tourist promotion agents, links the image of patrimonialized goods and territories where they are situated to the ideals of uniqueness and exceptionality. The insertion of patrimonial territories in the cultural market through tourism further reinforces the relevance of the relationship between materiality and representation, influencing in the dynamics of the heritage use in the historical centers of Ouro Preto and Salvador, considered areas of higher concentration of monuments and architectural ensembles, where the tourist activity is evident in a more expressive way.

KEYWORDS: cultural heritage, representation, tourism, image, reduction narrative.

RESUMEN

El papel de la reducción de narrativa en el proceso de valoración cultural y de promoción turística del patrimonio de Ouro Preto (MG) y Salvador (BA)

La patrimonialización de las referencias materiales e inmateriales de la cultura implica la concesión de un valor diferencial a los objetos, los territorios y paisajes. La selección reduccionista de un sistema de representaciones legitimado por instituciones patrimoniales y difundido por los agentes de promoción turística vincula la imagen de los bienes patrimonializados y de los territorios donde estos se localizan a un ideal de singularidad y excepcionalidad. Su inserción en el mercado de los bienes culturales a través del turismo refuerza aún más la importancia de la relación entre la materialidad y la representación e influye en la dinámica de usos del patrimonioen los centros históricos de Ouro Preto y Salvador, considerados áreas de mayor concentración de monumentos y conjuntos arquitectónicos donde el turismo se evidencia más expresivamente.

PALABRAS CLAVE: patrimonio cultural, representación, turismo, imagen, reducción narrativa.

BCG: http://agbcampinas.com.br/bcg